

EDITORIAL

Prezados leitores,

Comunidade Acadêmica,

A Revista E-Civitas tem o prazer de apresentar o segundo volume de sua XII Edição, trazendo artigos que fortalecem o compromisso com os debates, análises e reflexões acerca do Direito, através da História e nos tempos atuais.

Esta edição imprime a sua marca e demonstra que, na diversidade de temas e no respeito aos direitos humanos, pode-se construir uma sociedade cada vez mais solidária e civilizatória.

Aqui se faz um espaço aberto a publicações de artigos que ampliem o potencial e a visão crítica diante de questões tão relevantes para tal construção.

O tema da desigualdade é assunto extenso nas ciências sociais e econômicas. No artigo **“A desigualdade econômica e o capital no Século XXI”**, elaborado por *Fabio Henrique Gaudêncio de Paula* e *Rafael Alem Mello Ferreira*, propõe-se uma profunda análise sobre os instrumentos capazes e eficazes para uma possível intervenção sobre este problema social. E aqui, a obra **“O Capital do Século XXI”**, de Thomas Piketty (2014) percorre esse caminho e reflete novas indagações.

Já o tema **“A (im)possibilidade de responsabilização civil por dano moral e/ou material do genitor em virtude do abandono afetivo”**, escrito por *Augusto de Aguiar da Cruz* e *Caroline Cristiane Werle*, baseia-se no seguinte tripé: importância da família e dos princípios constitucionais vinculados a esse ramo do Direito, responsabilidade civil no ordenamento jurídico e indenização por abandono afetivo.

Numa abordagem política sobre a relativização da soberania haitiana, o texto **“A pérola das Antilhas: uma análise dos elementos de constituição de um Estado na**



E-Civitas - Revista Científica do Curso de Direito do UNIBH - Belo Horizonte.
Volume XII, número 2, dezembro de 2019 - ISSN: 1984-2716 - ecivitas@unibh.br

Disponível em: <https://unibh.emnuvens.com.br/dcjpg/index>

amarga história haitiana” criado por *Carla Patrícia Finatto* e *Reisson Ronsoni dos Reis*, reflete sobre a capacidade de um Estado reger o destino de seu povo.

Já sob a perspectiva de traçar o panorama da “**Criminalidade feminina no Brasil**”, *Sheyla Cristina da Silva Starling* escreve com base em estatísticas atuais. Foi realizada uma compilação de trabalhos, relatos e relatórios oficiais que informam sobre o quadro no Brasil. O relatório “**INFOPEN Mulheres**” serve como referência na execução deste trabalho.

Alvo de debate nacional e mundial, vem à tona o tema “**Delinquência econômica no caso Odebrecht: a produção de danos sociais e a resposta político-criminal contemporânea**”, de *André Luiz Pereira Spinieli* e *César Cardoso de Souza Neto*, onde o caso Odebrecht é colocado como pauta em análise sobre a circulação de capitais em uma economia globalizada.

Através do tema “**Eficácia horizontal da liberdade religiosa nas instituições privadas de ensino: estudo da lei 13.796/2019**” escrito pelos autores *Jéssyka Mayra da Silva Almeida*, *Rodrigo Pereira Moreira* e *Sérgio Augusto Lima Marinho*, sob a ótica de método dedutivo, uma pesquisa bibliográfica e jurisprudencial remete-nos aos direitos fundamentais de liberdade religiosa.

Ainda sobre a instituição Família, o artigo “**Famílias poliafetivas: a vedação de seu reconhecimento pela via extrajudicial no Brasil e os direitos fundamentais**” de *Ana Flávia Souto Ribeiro* e *Ricardo Padovini Pleti Ferreira*, oferece uma análise, incorporando aqui o limite de competência do CNJ sobre o assunto.

E uma pergunta constante nos é formulada: Cabe ao poder patronal limitar a livre expressão do empregado em redes sociais? Em pauta, os direitos fundamentais no trabalho voltam à tona, neste artigo: “**Livre expressão do empregado nas redes sociais online frente ao poder patronal: uma análise da exposição crítica em face do empregador**” de *Andressa de Bittencourt Siqueira da Silva* e *Gilberto Stürmer*.

Outro artigo científico relevante, com métodos de pesquisa hipotético-dedutivo e fenomenológico, com procedimentos comparativos, trata dos conceitos de políticas



públicas para o monitoramento da política criminal, no texto: **“Política criminal é política pública?”**, criado por *Antonio Osmar Krelling Neto* e *Lucas Hinckel Teider*.

E para finalizar, um tema de grande impacto, de caráter transnacional: **“Questões controvertidas do auxílio direto na recuperação de ativos provenientes de atos de corrupção à luz da ordem pública: análise crítico-reflexiva a partir de dados de cooperação internacional no bojo da Operação Lava Jato”** de *Bruna Salgado Chaves* e *Lorena Franco Oliveira*.

Reiteramos os agradecimentos a todos os parceiros autores e avaliadores, que viabilizaram mais esta publicação.

Estendemos o convite aos demais pesquisadores da comunidade jurídica, para que compartilhem conosco os seus artigos, através das próximas publicações.

Fernanda Araújo Kallás e Caetano

Editora Geral da Revista E-Civitas

civitas



E-Civitas - Revista Científica do Curso de Direito do UNIBH - Belo Horizonte.
Volume XII, número 2, dezembro de 2019 - ISSN: 1984-2716 - ecivitas@unibh.br

Disponível em: <https://unibh.emnuvens.com.br/dcjpg/index>